

“UM CORAZÓN DE TIERRA QUE LATE ACELERADO”: Migrações internacionais na contemporaneidade e as teorias pós-coloniais

“UM CORAZÓN DE TIERRA QUE LATE ACELERADO”: International Migration in Contemporaneity and Post-Colonial Theories

Antonio Manoel Elibio Jr¹

Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Caicó – Rio Grande do Norte – Brasil

Juliana Mércia Guilherme Vitorino²

Departamento de Ciências Sociais
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira
Salvador – Bahia – Brasil

Marcos Ferreira da Costa Lima³

Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco – Brasil

Resumo: As migrações internacionais tornaram-se um fenômeno crescente na segunda metade do século XX e, desde os anos de 1980, um tema explorado pela Ciência Política, pela Historiografia e pelas Relações Internacionais. O fluxo de pessoas se deslocando no mundo incrementou-se, intensificou-se e, sobretudo a partir do advento e dos efeitos da globalização, tem despertado interesse dos acadêmicos destas áreas. Este artigo tem como objetivo analisar o fenômeno das diásporas centro-americanas, em especial de Honduras, Guatemala e El Salvador, para os Estados Unidos a partir da perspectiva das teorias pós-coloniais.

Palavras-chave: Centro-América. Diásporas. Migrações Internacionais. Teorias Pós-Coloniais.

Abstract: International migrations became a growing phenomenon in the second half of the 20th century and, since the 1980s, a subject explored by Political Science, Historiography and International Relations. The flow of people moving around the world has increased, intensified and, especially since the advent and effects of globalization, it has attracted interest from academics in these areas. This article aims to analyze the phenomenon of the Central American diasporas, especially from Honduras, Guatemala and El Salvador, to the United States from the perspective of postcolonial theories.

Key-words: Central America. Diasporas. International Migration. Postcolonial Theories.

Recebido: 12/04/2017

Aprovado: 09/05/2017

¹ tonyelibio@hotmail.com

² ju.vitorino@gmail.com

³ marcoscotalima@terra.com.br

Introdução

Na Ciência Política, por conta de um excessivo viés quantitativista, o tema das migrações internacionais possui uma agenda de pesquisa limitada. Os argumentos que recaem sobre as instituições políticas estatais não dão conta de fenômenos que se situam fora da legalidade, como a migração indocumentada e o crime organizado que se expandem ao longo das fronteiras de países desenvolvidos. Nesse sentido, a abordagem quantitativa fica circunscrita à mensuração de impacto, à percepção da população nativa acerca dos migrantes e à construção de indicadores sócio-econômicos que expliquem a direção dos fluxos migratórios. As diásporas, que são o foco desse artigo, também ficam de fora desse tipo de análise praticada a partir dos números.

Milesi (2003) assume que as migrações são um fenômeno planetário que indica o número de contradições entre as relações internacionais e a globalização neoliberal, advindas das transformações socioeconômicas em âmbito global, sobretudo a partir da década de 1970, com a aclamada interdependência das relações. Assim como as migrações internacionais se tornaram importantes nesse contexto, o mesmo se pode dizer da emigração centro-americana impulsionada na década de 1980.

Migração forçada durante os conflitos armados, marcada pelo exílio de perseguidos políticos e a fuga de camponeses em busca de um lugar seguro. As cifras oficiais do ACNUR, órgão da ONU que ficou a cargo dos cuidados a essa população centro-americana, atentam que o período de guerras produziu cerca de 116.000 refugiados. No entanto, estima-se que o número pode chegar a 2 milhões de pessoas que fugiram, em sua maioria, para os Estados Unidos.

A Organização Internacional das Migrações (OIM, 2016) estima que 244 milhões de pessoas vivam em outro país que não o seu país de nascimento. Isso corresponde a 3,3% da população mundial. Cerca de 51% desses migrantes concentram-se em apenas dez países do mundo, sendo os Estados Unidos o país que recebe o maior número de pessoas.

A migração sul-sul também tem aparecido como novo padrão nos deslocamentos. Em 2015, 37% dos deslocamentos foram feitos entre países do chamado sul global, enquanto 35% dos deslocamentos foram do sul para o norte global. Para as Américas, segue a tendência da migração norte-sul, tendo os Estados Unidos como o principal país de destino.

Na América Central, na década de 1980, um novo impulso para fora foi dado por causa das guerras e insurreições revolucionárias: globalmente, estava em curso a

globalização das economias dentro de uma nova dinâmica orientada a promover novos padrões de acumulação; havia uma reorientação das economias e ocorreu, neste mesmo período de transnacionalização laboral e de globalização, o que também poderíamos chamar de pós-guerra, período em que esta pesquisa se centrará.

Na década de 1990, enquanto a América Central se reerguia e tentava reconstruir-se de um intenso período de crises políticas e sociais, ela convivia com uma ordem global bastante diferente da que havia conhecido quando três de seus países, Nicarágua, Guatemala e El Salvador, entraram em guerra. As chamadas guerras centro-americanas, como comumente são chamadas, referem-se aos processos político-militares internos vividos por Nicarágua (1970-1979), Guatemala (1966-1996) e El Salvador (1980-1992). Apesar do caráter interno dos conflitos – nos três casos ocorreram enfrentamentos entre guerrilhas e governo – intensa ingerência estadunidense ocorreu, a partir de apoio financeiro a exércitos ou grupos para-militares, no caso dos Contra nicaraguenses.

O clima de emergência econômica no período pós-guerra facilitou a entrada de discursos e práticas neoliberais. A narrativa triunfante do liberalismo sobre o comunismo também deu um empurrão nesse caminho: a vitória liberal parecia ter que se impor também em uma América Central que havia vivido, durante suas próprias guerras, o delicado contexto da disputa ideológica, que deixou, como parte do saldo, populações traumatizadas que pareciam querer a paz a qualquer custo.

— ~~Alvarez (2011)~~, o modelo neoliberal adotado por El Salvador, por exemplo, mas que se repetiu em toda América Central, propunha que o bem-estar humano fosse alcançado através da liberalização individual e empresarial, cabendo ao Estado o papel de garantir as estruturas e aparatos institucionais para que isso ocorresse. Mesmo com os incentivos dos governos, os países pareciam não se recuperar. O Estado tornou-se um mero garantidor de circunstâncias que asseguravam a propriedade privada e a criação de mercados, estimulando a acumulação de capital. Nesse sentido, foram criadas políticas econômicas que levavam em conta a propriedade da terra (em uma estrutura fundiária concentrada) e a exportação dos produtos primários de sempre (café, algodão e banana), justamente os setores cujos donos eram os tradicionais oligarcas centro-americanos, que se beneficiaram dessas políticas para incrementar suas carteiras de produtos, introduzir as maquilas e investir no turismo. Maquilas ou maquiladoras são empresas dedicadas à montagem de produtos, mediante importação de matéria-prima sem taxaço. Na América Latina, o México é o país com maior número de maquilas, sobretudo na área

dos têxteis. A América Central, pós 1990, enveredou pelo mesmo caminho. Tais empresas funcionam, majoritariamente, com capital estrangeiro e os produtos montados são vendidos de volta ao país de origem das matérias-primas. Apresentadas ao México e à América Central como estratégias para o aumento da oferta de empregos, recebem críticas por evidenciarem a precarização laboral, por meio de altas jornadas de trabalho e baixos salários.

A vida centro-americana, nos anos 1990, estava ainda mais próxima do Império estadunidense. Naqueles anos, os sandinistas nicaraguenses perderam eleições para presidente, entregando a Nicarágua a forças opositoras pró-Estados Unidos; o Panamá sofreu uma intervenção militar direta dos EUA, para a prisão de seu outrora aliado, General Noriega. Houve a assinatura de um acordo de paz em El Salvador, firmado em 1992 e marcado pela permanência da direita-nacionalista, financiada diretamente pela Administração Reagan, no poder. E, finalmente, em 1996, a *Unidad Revolucionária Nacional de Guatemala* e o governo guatemalteco pactuaram o fim de um conflito de 30 anos, sem, no entanto, pactuar como seriam resolvidas as pendências econômicas e sócio-políticas que, outrora, justificaram uma guerra. Ou seja, o istmo saiu das ruínas de conflitos armados para adentrar em uma ordem internacional que exigia uma economia interdependente e globalizada. E percorreu esse abrupto caminho tendo, no poder, governos conservadores e afins a um projeto neoliberal e a um projeto de desenvolvimento que permitia a perpetuação de uma lógica excludente e dependente.

É nesse sentido que Gamboa (2007, p. 31) diz que estava em curso uma nova etapa de rearticulação global das sociedades centro-americanas e que esta rearticulação havia sido

anticipada por una amplia transición sociopolítica que dejó atrás los sistemas oligárquico-militares para abrir paso al establecimiento de regímenes híbridos. Estos son una mezcla de prácticas autoritaria, aún remanentes, frente a la formación de procesos democráticos asentados en el establecimiento de la ciudadanía civil y política, bajo la garantía formal de las libertades civiles y políticas, entre ellas la de elección de los gobernantes, mediante el sufragio, y la aceptación institucionalizada de la disidencia.

Ou seja, houve ênfase em um sistema institucional de eleições e construção da democracia, enquanto a ideia de cidadania ficou resumida aos direitos políticos, deixando de lado as dimensões civis e sociais. É o que Gamboa (2007, p.31) vai chamar de *democracia tutelada*, ou um processo em que houve legitimação das novas e velhas elites centro-americanas, neutralizando as massas populares, tudo isso sob a égide de

acordos de paz ou outros aparatos institucionalizantes. “*Podría argumentarse que el saldo de ese proceso derivó en la derrota estratégica de los proyectos de cambio sociopolíticos*” (GAMBOA, 2007, p.31), ainda que esse novo cenário, a partir do vazio de direitos sociais e civis, tenha criado novas frentes de reivindicação da cidadania.

É aqui, precisamente, que entram os movimentos transnacionais como importantes fóruns de reivindicação e pressão. E para os efeitos deste trabalho, analisaremos as chamadas organizações de migrantes (*hometown associations*, por seu termo em inglês), consideradas importantes formas de ação coletiva política transnacional, segundo autores como Paul & Gammage (2004) e Rocha (2015), figurando como grande desafio para o sistema político tradicional e nacionalista centro-americano.

Do território conhecido como Triângulo Norte, que compreende os Estados de El Salvador, Guatemala e Honduras, origina-se a maior parte dos movimentos migratórios da América Central. São países que não têm demonstrado habilidade no sentido de manter seus cidadãos em território nacional – o que pode ser evidenciado por baixa criação de empregos, baixa capacidade de atrair investimentos, baixa capacidade de prover direitos básicos de saúde, educação e previdência – e que Gammage (2006) caracteriza como expulsões de nacionais. Além disso, encaixam-se como *democracias tuteladas* e se caracterizam por um acentuado neoliberalismo tardio. Neste trabalho, abordaremos alguns desses problemas: a condição periférica, o *maldesarrollo* como evidência de colonialismo interno, a violência estrutural e a migração, que detém um caráter ambíguo (ao passo que é uma estratégia de sobrevivência, é, também, responsável pela desarticulação familiar e solapamento das forças produtivas e da população economicamente ativa).

Entre centro-americanos e centro-americanistas, é muito comum ouvir o termo diáspora quando se referem ao contingente de pessoas emigradas da América Central. O que se pode observar é que, nesse caso, o termo está mais ligado ao número de pessoas que empreenderam viagem e deixaram o istmo para trás e não especificamente ao tipo de atuação que têm esses migrantes.

A partir das teorias de diáspora é possível perceber que existem certas características que ajudam a diferenciar um deslocamento migratório de um movimento diaspórico. No entanto, pelo menos no caso centro-americano, essa dimensão conceitual se perde, o que é complicado, já que migração e diáspora são conceitos parecidos, porém bem distantes.

Sheffer (2003) e Cohen (1997) são bastante diretos e enfáticos quando colocam nas diásporas a consciência da capacidade de ação política coletiva, enquanto os migrantes podem nunca chegar a alcançar essa noção ou, simplesmente, podem escolher não atuar como atores sociais que influenciam politicamente em sua terra natal. Com um histórico muito baixo de retornados, a América Central teria formado uma diáspora? Como entender a atuação de centro-americanos emigrados em prol de sua terra natal?

Assim, o que propomos é uma análise empiricamente orientada, utilizando os aportes das teorias de diáspora e do pós-colonialismo, tendo o Triângulo Norte Centro-americano como ponto de partida e os Estados Unidos como ponto de chegada desses migrantes.

Correntemente, a abordagem sobre as migrações tende a reproduzir uma série de estigmas que acaba por colocar na conta dos migrantes certas responsabilidades e culpas. Eles são os indesejáveis – nos países de passo ou de chegada. Também são responsáveis pela vida de quem fica no Istmo – são os *hermanoslejanos*, aqueles que vão embora, mas que devem manter-se próximos para aportar financeiramente ao Estado de nascimento.

Ao se analisarem os relatórios de organismos internacionais, é possível observar a construção de um discurso pretensamente homogeneizador e, por isso mesmo, limitante, mas cuja crítica reside no fato de criar estigmas suaves, que se acoplam facilmente à interpretação sobre o tema e sobre as pessoas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, frequentemente aborda a questão migratória centro-americana identificando-a como estratégia de vida – colocando em evidência uma identificação dessas populações com o desarraigo e é como se assumissem que essas pessoas teriam outras escolhas a fazer. Também se diz que eles vão em busca de desenvolvimento – sem informar que tipo de desenvolvimento e colocando em suas costas a responsabilidade de mandar remessas para suas famílias. O Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA, 2009), por sua vez, chegou a caracterizar os severos deslocamentos populacionais centro-americanos como uma avalanche incontrolável, como se as pessoas fossem forças da natureza, imparáveis e que não obedecem a uma racionalidade.

A cada estigma que se cria, reforça-se a postura dos Estados em não se responsabilizarem por sua própria população. Afinal, frente a uma identidade desarraigada, não haveria suficiência em políticas econômicas, sociais ou de emprego, elas não seriam suficientes para manter centro-americanos na América Central. Frente a

decisões pautadas na vivência de situações extremas, não há como os Estados produzirem alternativas de vida viáveis, no curto prazo, elas não seriam escolhidas. Ademais, os estigmas acabam criando a ideia de migrantes como perigos em potencial e de que a migração será conseguida a qualquer custo, sobretudo pela via indocumentada. Abordaremos mais adiante essas questões, principalmente no que concerne à construção do personagem *hermanolejano*, autenticamente centro-americano e centralizador de tantos significados conflitantes para a diáspora.

Por fim, a crítica possível a essas narrativas é criarem explicações usando uma lógica inversa: focam no sintoma de um construído descontrole estatal e não em suas causas, que, como assumimos aqui, têm uma longa raiz histórica. Ou seja, tratam-se os migrantes por suas condições, suas reações à pobreza e à violência, mas não se evidencia o contexto em que esses descontroles foram construídos.

Uma forma de evitar esse tipo de abordagem é a descolonização – nos termos de Mignolo (2005) e Grosfóguel (2008) – das migrações e das diásporas. Por isso foi feita uma abordagem teórica que buscou trazer à tona os limites das teorias de migração e de diáspora, isto é, até o momento em que elas param de responder ao contexto centro-americano, já que são teorias construídas para países centrais, com contextos distintos, padrões migratórios distintos e com causas distintas para os deslocamentos.

De acordo com teóricos pós-coloniais, essa limitação na explicação ocorre quando utilizamos instrumental teórico que não leva em conta, para países periféricos e seus fenômenos sociais, as histórias locais e, no cerne dessa problemática, está o encobrimento do choque colonial, da diferença colonial e do colonialismo vigente mesmo após as independências dos Estados. Encontramos que a padronização do discurso sobre as migrações também obedece a uma lógica de colonialidade do poder, nos termos de Quijano (2005), ou seja, a reprodução das estruturas de poder coloniais seguem vigentes, via colonialismo interno, como diz Casanova (2006), porque vigente segue o interesse de outras elites na hierarquização das relações, na diferenciação entre classes, no espólio de recursos naturais, na precarização laboral, na violência do cotidiano, nas faltas de políticas sociais de educação, moradia e saúde.

Trabalhar com essa perspectiva é, também, reconhecer que o que antes era interessante como objeto de estudo, observado, exotizado e analisado a partir de enfoques que nada tinham a ver com seu contexto, passa agora a funcionar como *locus* de enunciação protagônico, sendo fonte, não só do problema, mas das soluções, garantindo abordagens teóricas que levam em conta seu contexto. É reconhecer que a

universalidade histórica silenciou atores que precisam, agora, recuperar suas vozes e narrativas. Procede-se então, não à construção de uma nova narrativa, mas de outra narrativa que vise recuperar saberes escondidos, por isso também a escolha por privilegiar autores sul-americanos e centro-americanos. Diz Mignolo (2005, p. 52):

Cada ato locutivo é, ao mesmo tempo um pronunciamento contra e um pronunciamento em direção a. Esse duplo movimento vai adquirir uma dimensão complexa quando considerado na intersecção das histórias locais e dos projetos globais e na intersecção dos solos e subsolos hegemônicos e subalternos.

A partir da necessária fricção entre ambas as fronteiras, a periférica e a central, é que podemos notar como a *colonialidade do poder* cobra seu direito de contestar qualquer outra alternativa “cujo desejo de verdade seja precedido pelo desejo de mudança e de justiça”. Nesses termos, Mignolo (2005) advoga que esta outra narrativa – que ele vai chamar de episteme liminar – serve também ao anseio de emancipação dos povos subalternizados, porque apenas pode existir dentro dessa subalternidade e funciona como imprescindível instrumento para a descolonização intelectual, política e econômica.

As histórias locais centro-americanas articulam-se com os projetos globais do colonialismo espanhol e do imperialismo estadunidense, por isso se faz necessário contar a histórica centro-americana lembrando a responsabilidades destas potências na construção de um contexto conturbado e de dependência endêmica. Isso significa dizer que esta região do mundo esteve historicamente secundarizada em relação a este outro ente externo e dominador. Isto posto, não é de se estranhar que o discurso sobre a América Latina, em geral, e sobre a América Central, em específico, parta da narrativa hegemônica. Deveria ser estranho que a história centro-americana seja, ainda hoje, mais bem-entendida a partir das ausências.

Sendo assim, apenas a aplicação da teoria de diásporas para interpretar os fenômenos migratórios de Centro-américa, não responde a contento àquelas que são as grandes perguntas-guia deste trabalho: existe uma diáspora centro-americana? De que forma ela está articulada e com quem?

1.1. Ficam para trás Guatemala, Honduras e El Salvador

Contemporaneamente, não é possível entender os processos migratórios a partir de uma teoria unidimensional, em que apenas o lado econômico é levado em conta. A dimensão política – e, com ela, a social – é importante para entendermos que o mundo não é um

tipo perfeito e que as escolhas não são motivadas apenas por processos racionais, relacionais e de cálculos de custo-benefício. A adoção de políticas restritivas, por exemplo, reduz a mobilidade das pessoas ou, pelo menos, influencia os indivíduos a buscarem outros meios de migrar – regular ou irregularmente – a outros lugares com políticas mais flexíveis. Em casos de migração forçada, no entanto, o deslocamento populacional pode não seguir esta lógica: foge-se para onde parecer mais seguro; o exame da política migratória de um potencial Estado de acolhida não é parâmetro para a escolha do novo lugar.

O Censo 2010 dos Estados Unidos é um exemplo disso. O país possui uma política migratória restritiva há várias décadas, mas continua sendo o principal destino de um número cada vez maior de pessoas que enxergam a América como a *land of dreams*, a América dos sonhos. Ao passo que o trecho acima é reafirmado pelos diferentes governos estadunidenses – a frase é, na verdade, o slogan das propagandas de turismo dos EUA, veiculadas em países da América Latina – existe o esforço de demonstrar as fragilidades econômicas, o risco de desemprego em uma economia que não conseguirá agregar mais que a seus nacionais. Quando nada disso surte efeito, entram em cena a securitização das fronteiras e uma regulação violenta sobre as entradas no país e o monitoramento das comunidades de migrantes com as batidas policiais em bairros de comunidades latinas e asiáticas, em maior parte. Nada disso, porém, fez diminuir a quantidade de latino-americanos nos Estados Unidos.

As políticas migratórias restritivas também não têm impedido a chegada de centro-americanos. Na verdade, o que tem ocorrido é o incremento no número de migração irregular, criando uma realidade paralela à oficial, que não é contabilizada, acompanhada, na qual direitos são negados e as cidadanias se perdem.

O caso hondurenho é revelador e corrobora a afirmação anterior: apesar de ser o grupo mais visado pelas autoridades migratórias, por conta do mais recente contexto de violência generalizada no país, foi o grupo centro-americano que mais cresceu proporcionalmente em presença nos Estados Unidos no período 2000-2010. Aliás, a escolha dos Estados Unidos como local de observação das ações da diáspora centro-americana, deu-se justamente por este país ser a principal escolha desta população ao migrar. Os dados abaixo, retirados do Censo 2010, mostram o incremento de centro-americanos nos Estados Unidos. Importante notar que estes são dados oficiais, mas que tentam fazer uma aproximação ao número de migrantes total (incluindo a possibilidade

de pessoas com status irregular ou que estavam sob o regime de *status* de proteção temporária – TPS):

Tabela 1: Migrantes do TNCA protegidos por TPS

| País | 2000 | 2010 | Diferença |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|
| América Central | 1.686.937 | 3.998.280 | 2.311.343 |
| El Salvador | 655.165 | 1.648.968 | 993.803 |
| Guatemala | 372.487 | 1.044.209 | 671.722 |
| Honduras | 217.569 | 633.401 | 415.832 |

Fonte: US Census Bureau (2010)

Desde os anos 1970, a América Central é a maior expulsora de nacionais para os Estados Unidos. Durante o quinquênio 1985-1990, a região foi também a que mais população perdeu: uma taxa de 4,2 por mil nacionais ia embora para outros países. De 1990 a 1995, a taxa caiu a 3,1 por mil, mas apenas a título comparativo, de 1985 a 1995, a taxa mundial de emigração internacional era de 0,5 por mil habitantes.

De acordo com Puerta (2005), existe um argumento demográfico-econômico para entender esse desajuste entre a necessidade de população economicamente ativa e altos níveis de emigração: diferentemente de outras regiões do mundo que também passam por processos de integração, na América Central, os países de maior território não são os mais viáveis economicamente e os que possuem economias em melhores condições são muito pequenos. Claro está que este argumento precisa de mais alguns elementos para ser validado. O papel das redes sociais nas migrações centro-americanas parece ter sido esquecido pelo autor. Ou seja, os migrantes que foram antes, ao se associarem em comunidades latinas, criam verdadeiras redes de apoio a imigrantes recém-chegados e acabam sendo incentivos para a migração de amigos ou familiares. Nesse sentido, os países que mais expulsam nacionais não o fazem porque seu território é menor ou há menor população economicamente ativa – fazendo com que o desenvolvimento nacional seja comprometido. Existem outras causas mais profundas e estas são as que, correntemente, estão escondidas por falta de informações.

Outro ponto importante para explicar a migração centro-americana é entender a dinâmica da reprodução do modo de produção capitalista dos países centrais para os países periféricos e, logo, incorporando novas regiões a uma economia cada vez mais unificada. Arango (2000) cita como exemplo desse processo as dinâmicas de empresas

multinacionais de países desenvolvidos quando se trasladam a países subdesenvolvidos. A penetração em outro território, transportando uma suposta modernização – para qual não houve preparação –, substituindo práticas tradicionais de trabalho manual e agrícola por protocolos capitalistas, acabaram produzindo uma série de alterações que, com o tempo, entre outras coisas, forçou o descolamento de uma série de trabalhadores que não tinham os requisitos necessários para serem absorvidos pelas multinacionais. Essa massa de trabalhadores forçados ao desarraigo, então, movimenta-se para os países do centro para ocupar posições em setores que se apoiam na mão de obra barata. E é nesse sentido que Sassen (*apud* ARANGO, 2000, p. 41) diz que “*la migración funciona, por tanto, como un sistema mundial de suministro de mano de obra*”

As relações de dependência continuam sendo pautadas e exemplo delas podem ser observados nos países do Triângulo Norte Centro-americano, países que têm um longo histórico de relações coloniais/colonializadas e de dependência econômica: antes dos espanhóis, hoje dos Estados Unidos. Não necessitam dos Estados Unidos apenas para vender suas *commodities*, precisam dos empréstimos de instituições financeiras para empreender algum intento de melhora na vida de seus nacionais. Precisam dos Estados Unidos para negociar a permanência de seus nacionais naquele país através do TPS, a fim de garantir o envio de remessas para as famílias que já não contam com a capacidade de seus governos de garantir melhores condições de vida.

O intercâmbio desigual entre os Estados Unidos e a América Central produziu um nível de dependência que excede a esfera econômica e adentra na esfera política. O que se verifica não são apenas economias vulneráveis, mas Estados desmantelados que vêm perdendo, progressivamente, a capacidade de conduzir, de maneira autônoma, suas políticas. No entanto, isso não deve gerar o entendimento de que a América Central chegou a este ponto por conta das relações assimétricas com o centro capitalista desenvolvido, ao contrário, essas relações foram assim construídas porque a dependência e a vulnerabilidade já existiam antes. Como diz Marini (2000): “não é porque se cometeram abusos contra nações não industrializadas que estas tornaram-se economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas”. Essa afirmação pode ser tranquilamente trasladada para a política. A insustentável situação de dependência e instabilidade que vive a América Central justifica as altas taxas de migração de sua gente para os centros desenvolvidos do sistema-mundo capitalista.

Nas últimas três décadas do século XX, a migração internacional tornou-se mais complexa, heterogênea e adquiriu ares globais. Não apenas a Europa deixara de ser a

principal região de origem de migrantes, mas as políticas migratórias começaram a ficar cada vez mais restritivas, ocasionando o aumento da imigração forçada e irregular e dos crimes relacionados ao tráfico humano, como a corrupção e a formação de redes de prostituição, principalmente nos países de passagem dos migrantes (ARANGO, 2000).

O volume de pessoas que, hoje, mudam de residência habitual é tão grande que não se pode inferir se esses são movimentos induzidos ou espontâneos. Dizer que as pessoas sempre migraram não explica o que ocorre contemporaneamente. Kurz (*apud* MILESI, 2003) é enfático ao dizer que também é um equívoco assumir que as pessoas migram em busca de algo, como se fosse um processo decorrente de livre escolha.

2. A pobreza como principal fator motivador da migração centro-americana

iversos autores consideravam que a pobreza era uma condição imposta e não superável, pois haveria sempre a diferenciação entre quem detinha o conhecimento e a tecnologia e quem não. Desta forma, a pobreza era fruto direto da diferença de classes e de educação. No século XVIII é que se começou a formar a percepção de que é possível superar a pobreza, dado que o progresso técnico-científico começou a se tornar evidente e, portanto, haveria maiores possibilidades para o incremento da quantidade de bens e serviços disponíveis para usufruto das pessoas. Emergem, também, nesse período as análises de economistas liberais, para os quais a produção de riqueza era fator fundamental para o desenvolvimento e a paz, pois não haveria possibilidade de se alcançar a felicidade em uma sociedade cuja maior parcela é de pobres e miseráveis.

Ainda que a pobreza seja algo presente desde épocas muito remotas, o conceito, como categoria de análise é mais recente, data de final do século XIX, com as pesquisas de Booth e Rowntree, segundo Du Bois (2005). Eles foram os primeiros a colocarem o tema, não apenas como parte das desgraças dos sistemas econômicos e políticos, mas como objeto de estudo científico. Booth e Rowntree tornaram-se referência quando criaram a ideia de umbral de pobreza, afirmando a necessidade de criar certos padrões de análise, mas chamando a atenção para o fato de que serão as especificidades de cada local que darão insumos definitivos para um diagnóstico sobre as condições de vida de sua população. Por isso mesmo é que este é um conceito sempre em transformação – pois responde às oscilações de tempo e espaço – e que se adapta ao contexto social e às mudanças de mentalidade de cada sociedade.

Em meados do século XX, por um recrudescimento da miséria no chamado Terceiro Mundo, novamente o tema voltou à ordem do dia e, desta vez, trazia severos

questionamentos sobre as causas da pobreza – e não apenas a pobreza propriamente dita – como forma de problematizar, agora, não apenas o contexto interno dos países, mas também as relações de assimetria e dependência que se verificavam entre o conjunto de Estados do sistema internacional.

Essas intermitências na trajetória dos Estados sobre a pobreza – que ora abundam e ora mingam – respondem a supostos períodos de prosperidade ou tentativas de novos modelos – sobretudo econômicos – em que se poderiam verificar mudanças, não somente na quantidade de pobres, mas também novos padrões e motivadores que surgem devido às mudanças de contexto, de mentalidades que trazem à tona novas dimensões do problema dos quais não se era consciente.

Os estudos sobre o desenvolvimento, em sua maioria levados a cabo por acadêmicos dos grandes centros, analisando as formas de superação da pobreza em países ricos no pós-Segunda Guerra Mundial, colocavam a questão como prestes a ser eliminada. Essa percepção foi derivada dos impactos da extensão e aprofundamento do estado de bem-estar social, que, por meio de investimento massivo em políticas sociais, fez com que setores mais empobrecidos tivessem acesso menos limitado a direitos e à própria cidadania. Nesse sentido, como comenta Du Bois (2005), superar a pobreza era questão de tempo.

Nos países subdesenvolvidos, todavia, as explicações sobre a miséria obedeciam a uma lógica distinta: a persistência de delicadas situações se devia à história, ao clima, e até mesmo a diferenças culturais, o que fazia necessário que a promoção do desenvolvimento substituísse a pobreza na agenda dos Estados desenvolvidos. Ou seja, o desenvolvimento viria por meio da cooperação internacional, que se veria mais eficaz quando a relação estabelecida fosse uma em que o Norte desenvolvido repassasse dinheiro, recursos materiais e capacitação técnica a fim de diminuir, sobretudo, a lacuna tecnológica, responsável por uma futura equiparação entre economias.

O que se colocava em evidência era uma pretensa neutralidade da técnica, no entanto, o que acabou se gerando foram imensos bolsões de pobreza e o aprofundamento da desigualdade e da exclusão social, por duas razões: a) os empregos mais bem remunerados continuavam na órbita das classes mais ricas, porque melhor educadas e também porque eram as próprias elites econômicas a negociar certos investimentos; b) as elites internacionais, afins à ideologia capitalista, não deixaram de lucrar com as relações desiguais que se reproduziam no sistema internacional.

Nesse caso, a acumulação de riqueza por quem já tinha riqueza, obviamente, não se traduziu em transformação, antes, acentuou a desigualdade. Com isso, há uma paulatina tomada de consciência sobre as limitações impostas à periferia pela internacionalização do trabalho.

3. Motivações sociais e econômicas da emigração no triângulo centro-americano

Para pensar a migração centro-americana mais recente, tomamos em conta três marcos históricos: a) o período das guerras e conflitos internos, todos partes do contexto de Guerra Fria e que chegaram ao fim nos anos 1990; b) O período pós-guerra, marcado ainda por grandes crises políticas e ajustes econômicos, partes do processo de pacificação do istmo; c) O ano de 1998, quando o Furacão Mitch devastou vários países centro-americanos, alguns dos quais ainda em reconstrução após o período de guerra, como foram os casos de El Salvador e Guatemala.

Analisar os dados disponíveis em quaisquer desses três marcos mencionados anteriormente significa dizer que estaríamos observando apenas a migração documentada, ou seja, o movimento migratório de pessoas que, ao entrarem em outro país, contavam com documentação mínima exigida para que sua entrada fosse autorizada.

Para fins de comparação e de mostrar como os dados oficiais e as estimativas sobre emigração irregular são distantes, basta observar como o governo hondurenho trata os dados disponíveis em seus escritórios de migração. Existem três marcos para situar os deslocamentos hondurenhos que Puerta (2005) qualifica como momentos de baixa, média e alta migração, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2: Incipientes deslocamentos de hondurenhos documentados

| Período | Qualificação | Hondurenhos indo para os Estados Unidos | |
|-----------------|--------------|---|------------|
| | | Maior pico | Menor pico |
| 1970-1988 | Baixa | 4300 | 4700 |
| 1989-1991 | Alta | 10356 | 12024 |
| 1992 – presente | Média | 6217 | |

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Puerta (2005).

O período classificado por Puerta (2005) como de baixa migração, estava conformado por uma elite empresarial ligada às grandes empresas bananeiras, o que responde

justamente ao tempo em que Honduras era conhecida como o enclave bananeiro da América Latina e a *United Fruit Company* tinha, neste país, alto interesse comercial. O período caracterizado como de alta migração corresponde à fase de acirramento de conflitos internos na região, sobretudo a migração salvadorenha para os Estados Unidos, o que leva a crer que muitos hondurenhos e guatemaltecos utilizaram-se de documentos falsos salvadorenhos para migrar para os Estados Unidos, aproveitando que havia maior abertura para a recepção de emigrados salvadorenhos. Ainda, especula-se que os migrantes que foram antes, armaram redes sociais e garantiram segurança aos que foram depois, por isso o aumento tão contundente. Por fim, o período de média migração é o de maior tempo observado, já que se acredita que, de 1992 em diante não se ultrapassaram os picos vistos no período de alta migração.

Vale salientar que o artigo de Puerta é de 2005 e não contempla, portanto, dados da migração mais recente de hondurenhos que têm ido embora por causa de violência extrema e das novas crises político-econômicas. Mesmo assim, os dados não batem com as estimativas de outros autores, que consideram em suas análises as aproximações feitas sobre migração indocumentada. Recinos (2011), por exemplo, um dos maiores especialistas em migração indocumentada hondurenha, estima que a presença hondurenha nos Estados Unidos já tenha ultrapassado a marca de 1 milhão de pessoas.

Na análise das migrações hondurenhas predomina a falta de dados. Este é o desafio mais comum da demografia e dos estudos sobre migração em contextos extremos: acabamos nos limitando a tratar de dados com lacunas enormes e, portanto, caímos na armadilha de refletir sobre contextos artificiais, criamos explicações que nem sempre refletirão a realidade problemática que se buscava colocar em evidência.

No caso hondurenho, de acordo com o UNFPA (2009), existe uma relação de causalidade entre pobreza e migração, em um contexto onde não existe vontade política para frear a migração internacional, tampouco para promover o chamado uso produtivo das remessas familiares que chegam ao país, fortalecendo um cruel vínculo de dependência.

Honduras é o segundo país mais pobre da América Central; sofre, historicamente, com uma brutal desigualdade na distribuição de riquezas e com altas taxas de desemprego. Metade das atividades econômicas do país está ligada aos Estados Unidos, para onde se destinam 30% das exportações. As remessas, majoritariamente, vindas dos Estados Unidos, compõem 16% do PIB hondurenho, que é de US\$ 15, 35 bilhões, arrecadado para uma população de 8,1 milhões de pessoas (CIA, 2015).

Os salários de hondurenhos e hondurenhas no exterior são 13 vezes maiores que os salários de seus compatriotas que vivem em Honduras, fazendo com que a ajuda enviada para casa, na figura das remessas familiares, seja um aporte importante tanto para a sobrevivência de suas famílias quanto para a economia do país. No ano 2000, o país contabilizou a entrada de 400 milhões de dólares. Em 2015, o envio de remessas chegou a 3,7 bilhões, 16% do PIB (UNFPA, 2009).

A Guatemala é o país mais populoso da América Central, no entanto, seu PIB *percapita* representa apenas metade da média do PIB per capita da América Latina e Caribe, fazendo deste um dos países mais pobres do continente americano. A pobreza entre os indígenas, que formam 30% da população, chega a 76% em um país onde a porcentagem total de pessoas vivendo na pobreza extrema é de 26%. A Guatemala é, também, o maior receptor de remessas da América Central. Com um PIB de \$41 bilhões, a Guatemala tem uma população de 13,8 milhões de pessoas, 2 milhões de emigrados e uma força de trabalho de 4,2 milhões de pessoas, das quais mais de 60% atuam no setor de serviços do país (CIA, 2015).

De acordo com Rodríguez (2008, p. 6), dois fatos construíram e alimentaram a migração guatemalteca no século XX: o esgotamento dos pequenos cultivos como meio de subsistência e a cruenta guerra civil guatemalteca. Ambos, aliados ao que foi a década de 1980 na América Central – cheia de recessões econômicas e com um clima político violento – organizaram o caos da migração dessas populações.

Para compreender a ainda vigente pobreza na Guatemala, retomar o período colonial é importante, porque vêm daí as raízes da pobreza indígena (que forma a maior parte da população) e as polarizações econômicas e políticas, uma vez que a elite governante manteve o poder econômico e político e estendeu uma ponte para um novo colonialismo aliado a setores empresariais estadunidenses, sendo talvez a relação mais simbólica a que se estabeleceu com o *United FruitCompany*.

O período de 1944 a 1954 foi a única ruptura política guatemalteca: dez anos em que se implementaram reformas educacionais, trabalhistas e agrária. Foram reformas tímidas, mas que guardavam uma audácia nunca antes vista: a tentativa de modificar uma sociedade desigual e com sérios problemas de concentração de renda. Diz Rodríguez (2008, p. 7):

A finales de 1954, Guatemala contaba con una población de 3 millones de habitantes. El 5% de ellos captaba el 80% de los ingresos, y el 80% de la población captaba el 15% de los

ingresos. De las tierras cultivables, el 70% pertenecía a tan solo 2% de la población.

Com a derrubada de Jacob Arbens, presidente guatemalteco em 1954, por ação direta da CIA, iniciou-se uma sucessão de governos militares que eliminaram líderes de oposição. Com a via político-institucional travada, o levante armado, que teve sua maior expressão nos movimentos guerrilheiros, foi praticamente a única forma de criar uma distensão entre os vários setores sociais. A guerra guatemalteca iniciou-se em 1966, reduziu-se nos anos 1970, esteve em seu auge e violência nos anos 1980 e acabou apenas em 1996. Ocorria paralelamente a outros conflitos armados na região centro-americana, como em Nicarágua e em El Salvador, o que produziu um deslocamento populacional de 2 a 3 milhões de pessoas (em uma região que, à época, tinha 20 milhões de habitantes). A maior parte dos migrantes e refugiados guatemaltecos eram indígenas maias, 83% dos que morreram na guerra também eram de etnia maia. Os trinta anos de guerra, finalizados com um acordo de paz, firmado em 1996 pelo governo e as guerrilhas de esquerda para proteger o direito dos indígenas, geraram 150.000 mortos, 50.000 desaparecidos, 440 aldeias arrasadas (Cruz Burguete, 2000 *apud* RODRÍGUEZ, 2008).

As migrações surgidas deste contexto de guerra na Guatemala foram direcionadas majoritariamente ao Canadá e aos Estados Unidos, ao norte, ao México, à Costa Rica e à Belize, ainda na região latino-americana, o que acaba sendo caracterizado como migração intra-regional. O contexto socioeconômico e político na Guatemala – na verdade, em toda Centro-américa – não permite separar com facilidade o que é migração socioeconômica e o que precisa ser tratado como refúgio. Mesmo no período da guerra, por conta do severo contexto econômico e de pobreza generalizada, o mesmo ocorria.

Nos Estados Unidos, a política interna se interpunha às condições postas para recepção de refugiados. O anticomunismo, até mais do que as justificativas econômicas, deu a tônica do tratamento. No caso guatemalteco, havia, por parte dos Estados Unidos, apoio aos governos ditatoriais e isso fez com que não se reconhecessem como refugiados os guatemaltecos que lá chegaram fugidos do conflito armado. Em 1980, ainda na administração Carter, foi promulgada a Lei de Refugiados,

donde se estableció una política federal humanitaria de refugiados, el derecho al asilo en la ley estadounidense, e institucionalizó la asistencia de repatriación de refugiados (la cual sería pagada en parte por el Gobierno Federal). Esta

política elevó la ley estadounidense a los estándares internacionales (RODRÍGUEZ, 2008, p. 13-4).

~~Em 1981, no entanto, com o início do governo Reagan (1981-1989) essa orientação da legislação modificou-se e a aplicação da neutralidade como princípio da Lei de Refugiados foi abandonada completamente e recrudescer o anticomunismo como tônica. Guatemaltecos e salvadorenhos voltaram a ser menos aceitos, enquanto nicaraguenses foram amplamente recebidos e reconhecidos como refugiados. Esta última medida foi uma das formas de deslegitimar e denunciar o governo sandinista que havia deposto o ditador Somoza, este, aliado dos EUA.~~

Neste período, apenas para que se compare a utilização do anticomunismo como princípio, 25% dos pedidos de refúgio de nicaraguenses foram atendidos, frente a 2,6% dos salvadorenhos e 1,8% dos guatemaltecos. O que importava, portanto, era mostrar que, sob o governo sandinista havia se produzido mais refugiados e sob as ditaduras aliadas da Guatemala e El Salvador, a situação da guerra estava controlada.

Também se utilizou a detenção de centro-americanos em acampamentos de beira de estrada ou de fronteira, hotéis e outros lugares em território estadunidense. A ideia aqui era forçar que os migrantes tivessem em suas fichas um antecedente penal – que dificultava a aprovação de refúgio – e, também, fazer com que a experiência da detenção – que foi ficando mais violenta e traumática – dissuadisse os migrantes de tentar migrar novamente. A expectativa era de que após as deportações, os fluxos paulatinamente diminuiriam, o que não ocorreu.

Sendo a última fronteira que separa o sul do norte do continente americano, a Guatemala tem sua dinâmica populacional influenciada pelas constantes entradas e saídas de estrangeiros, que chegam ao país para cruzar a fronteira para o lado Norte do continente e, também, pela saída de seus nacionais que fazem o mesmo caminho que os estrangeiros que por ali transitam. É, portanto, um país expulsor de nacionais e um território de origem, trânsito e destino/retorno de uma população emigrada que vai, em sua maioria, para os Estados Unidos. Cruzar a fronteira tem sido a principal estratégia de sobrevivência utilizada por um amplo número de uma população empobrecida e sem perspectiva de vida digna em seu país.

A população de emigrados guatemaltecos residentes nos Estados Unidos cresceu aceleradamente a partir do ano 2000. A causa principal é que emigraram em busca de melhores condições de vida, fugindo de um país desmantelado e destruído por uma guerra civil que durou trinta anos, de 1966 a 1996. De acordo com o Censo

estadunidense do ano 2000, existiam 480,665 guatemaltecos nos Estados Unidos. Para 2007, a OIM estimou a existência de 1,4 milhão de guatemaltecos em território estadunidense, o que representa 10% da população total da Guatemala (PALMA & DARDÓN, 2008).

A dependência da migração e o impacto que esta tem causado ao país, modificaram substancialmente sua composição econômica, que coloca, segundo Palma & Dardón (2008), a atividade econômica micro como relevante, o aporte periférico e rural na dinâmica da economia nacional e a emergência dos povos indígenas como consumidores. Todos os aspectos levantados por Palma e Dardón (2008) estão ligados ao volume de envio de remessas familiares que os emigrados guatemaltecos, sobretudo os radicados nos Estados Unidos, enviam ao seu país de origem. Para 2007, o Banco de Guatemala estimou a chegada de 4,3 bilhões de dólares, cifra recorde até aquele momento. Para 2015, novo recorde, 6,3 bilhões de dólares foram aportados à economia guatemalteca por seus emigrados (BANGUAT, 2016).

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM *apud* PALMA & DARDÓN, 2008) a população receptora de remessas na Guatemala é de mais de 3,7 milhões de pessoas, quase 30% da população depende de renda extra vinda de fora do país.

El Salvador é o menor, porém, o mais populoso país da América Central, e terceira maior economia do istmo, com um PIB de 21,7 bilhões. Com uma população de pouco menos de 6,7 milhões, estima-se que mais de 25% de seu povo emigraram por causa de conflitos políticos e outras causas. Aproximadamente 2,5 milhões de pessoas vivem e trabalham nos Estados Unidos (GAMMAGE, 2005).

Correntemente, quando se estudam as dinâmicas migratórias em El Salvador, costuma-se ligar o tema ao período da guerra civil, que durou de 1980 a 1992. No entanto, assim como ocorre na América Central, o que Montes (*apud* RUIZ, 2011) chama de “tradição migratória salvadorenha”, foi construída a partir do processo de modernização da economia. Tratava-se de um movimento interno, ocasionado pela ampliação das relações de produção capitalistas, marcadamente da lavoura de café para exportação. Outra parte da mão-de-obra foi atraída do exterior na época das bananeiras hondurenhas ou para construção do Canal do Panamá.

No livro *Dividing the isthmus*, Rodriguez (2009) resgata um trecho do livro “*The Salvadoran Americans*”, de Carlos Córdova, que elenca, pelo menos, seis ondas de imigração salvadorenha para os Estados Unidos:

1. Século XIX, quando membros da elite salvadorenha, dissidentes políticos e trabalhadores em companhias transnacionais deixaram El Salvador para se mudarem, sobretudo, para as cidades de San Francisco, New Orleans e New York;
2. Décadas de 1930 – 1940, quando deixaram o país homens e mulheres do meio urbano e da classe média salvadorenha, com alto nível educacional, intelectuais, professores, dissidentes políticos e militares que não estavam de acordo com o truculento governo do ditador Maximiliano Hernández;
3. Década de 1940, quando a terceira onda migratória foi motivada por conta da aguda escassez, sobretudo no período da II Guerra Mundial, de trabalhadores nos estaleiros navais e outras indústrias estadunidenses. Neste período, as mulheres começaram a migrar em maior número, especialmente, para o trabalho das indústrias têxteis;
4. Décadas de 1960 – 1970. Após a onda migratória passada, muitos regressaram ao país quando do fim dos trabalhos nos estaleiros e indústrias estadunidenses. Mas, foi naquele período que começaram a criar vínculos extraterritoriais. Justamente o estabelecimento dessas redes de contato facilitou a quarta onda migratória salvadorenha.
5. As décadas de 1970-1980 compõem a quinta onda migratória identificada por Carlos Córdova. Trata-se de um grande movimento de massas populacionais que saíram da América Central, sobretudo El Salvador, Guatemala e Nicarágua, países imersos em grandes conflitos armados e intensas crises políticas e econômicas. Estima-se, hoje, que a metade dos centro-americanos que ainda vivem nos Estados Unidos chegou ao país na década de 1980, documentados ou indocumentados, a pedir asilo no país que, paradoxalmente, era o grande responsável pelas intervenções políticas e militares na América Central.
6. A sexta e última onda migratória é da década de 1990, causada pela desestabilização econômica e falta de empregos. Já nessa época havia estimativas de que 800 mil salvadorenhos viviam em Los Angeles, mais de 400 mil em São Francisco e 150 mil na área metropolitana de Washington.

Se um contingente tão grande de salvadorenhos já migrou e outras centenas se vão todos os dias, o que esperar do futuro do país? Até quando os vínculos entre nacionais e emigrados perdurarão?

Imaginemos uma nação como sendo um espaço geral de interação entre indivíduos. Um espaço que gera ações e sentimentos compartilhados entre seus nacionais e esses, por sua vez, cultivam sentimentos e os transmitem como valores comuns que os identificam. As recordações permitem que os migrantes sigam

identificando-se com seus compatriotas. Tendo dito isso, como fazer essa engrenagem funcionar se, em um contexto de migração, a nação e parcelas de sua população não estão mais contidas uma na outra? A nação fica atrelada às fronteiras e os migrantes encontram-se com outras culturas e formas de vida que também passam a ser suas, mas em um contexto transnacional.

Existem análises que dizem que falta aos salvadoreños identidade. E, em sentido mais amplo, existe um pobre sentimento de pertença a um país. A migração teria sido um fator que agudizou este processo de perda (RUIZ, 2011).

O que hoje chamamos de El Salvador, independizou-se no começo do século XIX, juntamente com outros territórios demarcados pelo sistema colonial da época. Era parte do Reino da Guatemala – que compreendia os territórios das repúblicas centro-americanas e Chiapas – que se havia dividido. O que surgiu posteriormente foram as Províncias Unidas da América Central, cujas relações fragmentadas provocaram o fracasso da união daqueles países, que entraram em disputas violentas até a sua dissolução. No meio do caminho, na tentativa de salvar as províncias, veio a anexação pelo México, aprovada por todos os países, menos El Salvador, que teve sua capital invadida e, para resolver o conflito, enviou uma missão a Washington para negociar sua união aos Estados Unidos.

Vem daquela época a situação de desigualdade social, política e econômica. É nesse sentido que a CEPAL (2004, p. 23) afirma que “*los salvadoreños vivieron el período postcolonial bajo una especie de estado de excepción permanente*”. Sem contar que períodos de guerra e extrema violência seguiram acontecendo durante o século XIX (guerras coloniais e pós-coloniais, defesa do território e da independência de El Salvador, enquanto república), no século XX (guerras entre grupos políticos rivais, como o Massacre de 32 e a guerra civil dos anos 1980) e no século XXI, as maras, produto da guerra civil que açoita toda a região centro-americana.

A enorme massa de emigrados é, ao mesmo tempo, reprodutora da cultura salvadorenha nos Estados Unidos e reprodutora de seu ambiente estadunidense em El Salvador. Já no século XIX os Estados Unidos tornaram-se parte do imaginário salvadorenho. Nos últimos trinta anos, uma parte da população mais pobre tem visto os Estados Unidos como única saída de sua situação de pobreza.

Os emigrados salvadoreños já foram explicitamente tratados como mercadoria pelo governo direitista da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), quando chegou-se a declarar que os salvadoreños no exterior eram a *commodity* mais valiosa do país.

As remessas familiares enviadas por eles correspondem a 16% do PIB. Qualquer sinal de endurecimento nas políticas migratórias ou crises econômicas internacionais afetam, não apenas o núcleo familiar, mas a economia do país como um todo. Acaba existindo aqui uma dependência indireta de outros países. Em torno de 26% dos lares salvadorenhos declaram receber ajuda de familiares residentes no exterior (BID, 2007; RODRÍGUEZ, 2009).

De forma geral, podemos admitir que para os países que conformam o Triângulo Norte Centro-americano, as condições de vida depois dos conturbados anos de conflitos armados não mostraram melhora para grande parte da população. A paz não teve o impacto esperado e milhares de migrantes juntaram-se ao já enorme contingente de refugiados para se inserirem no mercado de trabalho, sobretudo, estadunidense. Hoje, os Estados centro-americanos encontram-se fortemente dependentes das remessas familiares enviadas pelos centro-americanos emigrados.

Em El Salvador, Guatemala e Honduras, as remessas configuram entre 10% e 16% do PIB, aproximadamente, e um terço das famílias nesses três países se declaram receptoras de remessas, que são as grandes responsáveis por paliar a situação de pobreza e desemprego a qual estão submetidas essas populações. Verifica-se, portanto, uma dependência em dois níveis: familiar (a remessa como salário, como aposentadoria) e estatal (a remessa como estratégia de desenvolvimento). Além da dependência, foi construída, ao longo das sucessivas décadas de emigração para os Estados Unidos, a percepção de que o sonho americano era a saída para o sofrimento centro-americano.

Nas Américas, os Estados Unidos seguem sendo o país principal de destino dos migrantes. Em 2010, 43 milhões de estrangeiros viviam naquele país, onde os hispanos já são 16,3% da população, a maior minoria étnica dos Estados Unidos.

4. A violência como novo fator motivador da emigração no triângulo norte centro-americano

Desde a metade dos anos 2000, a violência tem recrudescido no Triângulo Norte e isso tem feito o padrão migratório começar a mudar. Somada à fuga por falta de condições de desenvolvimento social e econômico está a fuga por medo da violência ou acoso do crime organizado. Ainda que este último ainda seja considerado uma novidade, é preciso reconhecer que é um fenômeno crescente. O assunto já começou a despertar a atenção de algumas instituições internacionais, tais como Banco Mundial, PNUD e UNODOC (a Agência das Nações Unidas para o Crime e as Drogas).

O crime organizado transversalizou esses países a partir de uma perspectiva que afeta a dinâmica da mobilidade humana, que está diretamente ligada à violência e à falta de segurança e proteção. O Triângulo Norte tornou-se caminho para escoamento de drogas, armas, sequestro de migrantes e tráfico de pessoas.

Há uma nova modalidade migratória, ainda pouco explorada pela academia: os deslocados por violência de gangues. De acordo com o *Internal Displacement Monitoring Centre*, em 2011, mais de 5 milhões de pessoas eram consideradas deslocadas internas, somente nas Américas. Entre as principais causas desse movimento populacional estão os conflitos armados, a violência criminal e as violações de Direitos Humanos, que atingem em maior medida Colômbia, México e Guatemala. Essas cifras são imprecisas.

Existe ainda dúvida sobre a caracterização do fenômeno, que tem, inicialmente, ares internos; mas, em lugares como a América Central, onde a migração transfronteiriça é corriqueira, pode adquirir o status de migração internacional, incrementando ainda mais a dispersão centro-americana. Se isso ocorre, quais as implicações?

Uma das primeiras respostas a essa pergunta deriva do entendimento de que o reconhecimento do deslocamento por violência é também o reconhecimento de que o istmo vive um novo período de insegurança. É o reconhecimento de que os Estados, por si só, não têm conseguido desfazer a atmosfera de caos. Antes, cabe, inclusive, a reflexão de se os Estados não têm sido, eles mesmos, promotores da manutenção de um *status quo* que lhes saiu do controle.

Ainda que seja um problema com reconhecimento recente, existe a possibilidade de pedido de refúgio no país receptor. No entanto, poucas pessoas têm recorrido a esta medida. De acordo com a ACNUR (2010), em 2009, 17 mil centro-americanos, entre refugiados e solicitantes de refúgio, fugiram do istmo. Em 2010 apenas, perto de 8 mil pessoas solicitaram status de refugiado, mas por conta da especificidade do fenômeno a concessão do status é ainda muito difícil, fica em torno de 10 a 15% apenas.

Segundo Cheng (2011, p. 36), dentre as solicitações de asilo nos Estados Unidos, encontram-se pedidos de homens e mulheres que foram ameaçados ou, de fato, já sofreram algum tipo de violência por parte das gangues. Há também grande número de jovens, do sexo masculino majoritariamente, que descrevem sua suscetibilidade ante os recrutamentos forçados nas comunidades dominadas, além de ex-membros desses mesmos agrupamentos.

A influência do crime organizado transnacional na América Central intensificou-se a partir de 2009, ano marco para várias instituições internacionais de Direitos Humanos, como a própria ACNUR, quando se inicia um ciclo de aumento nos índices de criminalidade e homicídios, principalmente em Honduras e El Salvador. Com novas estruturas trabalhando, ora paralelamente, ora com a ajuda das *pandillas*, a resposta estatal tem permanecido insuficiente e ineficaz.

Tabela 3: Taxas de homicídios–TNCA (2008-2015)

| EL SALVADOR | | GUATEMALA | | HONDURAS | |
|-------------|-------------------------|-----------|-------------------------|----------|------------------------|
| Ano | Taxa/100 mil habitantes | Ano | Taxa/100 mil habitantes | Ano | Taxa/100mil habitantes |
| 2008 | 51,9 | 2008 | - | 2008 | 57,9 |
| 2009 | 71,2 | 2009 | 46,4 | 2009 | 66,8 |
| 2010 | 64,7 | 2010 | 41,5 | 2010 | 77,5 |
| 2011 | 70,1 | 2011 | 38,6 | 2011 | 86,5 |
| 2012 | 41,2 | 2012 | 34,2 | 2012 | 85,5 |
| 2013 | 39,4 | 2013 | 40 | 2013 | 79 |
| 2014 | 61,1 | 2014 | 31 | 2014 | 66 |
| 2015 | 103 | 2015 | 30 | 2015 | 57 |

Fontes: InsightCrime (2015); UNODOC (2014)

A presença do Estado tem sido menor do que a presença do crime organizado nas regiões mais vulneráveis (CIDEHUM, 2012). A incapacidade dos Estados centro-americanos estaria, portanto, em última instância, influenciando vítimas de violência a migrarem de maneira irregular, muitas vezes, confundindo-se com os outros migrantes socioeconômicos que cruzam o território mexicano rumo aos Estados Unidos. O medo é um elemento chave para entender a opção pela migração irregular e, também, a não solicitação de proteção internacional, por temor de que saia à luz sua identidade e sua localização.

O não reconhecimento dos deslocamentos por violência como “*situación real y emergente*”, acaba por dar maiores chances para que o crime organizado continue impune e gere ainda mais desproteção “*ante la falta de políticas públicas y*

legislaciones nacionales y regionales, que estén acordes a los instrumentos internacionales ratificados por los países centroamericanos” (CIDEHUM, 2012, p.7).

O Unodoc (2014) afirma que, durante todo o ano de 2012, 437 mil pessoas foram assassinadas no mundo, 38% destas mortes ocorreram nas Américas. Para aquele ano, a taxa média de homicídios no mundo era de 6,2 por mil habitantes, a taxa centro-americana foi de 25/100 mil habitantes, o que a situava como segunda região sem guerra mais violenta do mundo. Em 2015, esta taxa subiu para 54/100 mil habitantes, colocando a América Central como a região mais violenta do mundo.

Conclusão

A emigração massiva, que já leva décadas, tem sido a saída para a sobrevivência de milhares de pessoas. Esse movimento populacional intenso, penoso e sustentado possui contornos de uma diáspora, no sentido clássico da palavra, o da dispersão. Mas precisamos analisar melhor esses fenômenos e os desdobramentos que eles trazem.

O objetivo deste artigo foi identificar se poderíamos considerar, a partir da observação dos movimentos migratórios centro-americanos, a formação de uma diáspora. De acordo com as Teorias de Diáspora, existem pelo menos quatro características para que um movimento migratório seja considerado uma diáspora: o reconhecimento da subalternidade; uma dispersão transnacionalizada – ou seja, é preciso que haja um terceiro território para que as populações possam dispersar-se antes de chegarem ao objetivo final; a manutenção de vínculos com a terra natal, alimentando o desejo da volta; e a consciência da existência de uma identidade partilhada que facilite ações coletivas.

Por esta ótica, podemos concluir que os movimentos migratórios centro-americanos não são ainda diásporas plenas, uma vez que não há ainda o desejo da volta e se faz ainda muito esforço a fim de ampliar a consciência migrante e orientá-la para a ação política coletiva. Por isso, a escolha do termo sociedade civil migrante. Apesar de numericamente a migração centro-americana ser, de fato, expressiva, ainda é preciso reforçar – ou mesmo criar – o hábito da ação política coletiva.

Neste sentido, são necessários esforços mais concentrados para a desconstrução do ranço quanto aos países de origem: influenciar no desenvolvimento das comunidades locais e criar espaços de articulação política não são o mesmo que ajudar os governos. Por outro lado, as remessas não devem ser apontadas sempre como a principal forma de ajuda à casa: a constituição das organizações de migrantes como grupos de pressão é um

passo que deverá ser reforçado. E essas são duas formas de descolonizar as migrações: não tomando-as como eventos iminentemente individuais, reconhecendo seus limites enquanto estratégias de sobrevivência e considerando os migrantes também como atores políticos que compõem uma coletividade que não deve ser tutelada por governos que, na maior parte das vezes, obedecem às lógicas de colonialidade do poder e da necropolítica.

Referências

ACNUR (2010). **Nota de orientación sobre las solicitudes de la condición de refugiado relacionadas con las víctimas de pandillas organizadas**. Ginebra. Publicado em [<http://www.refworld.org/docid/4bf4e2232.html>.] Disponibilidade: 15/08/2013.

ALVAREZ, Alberto Martín (2011). **Desafiando la hegemonia neoliberal**: ideologias de cambio radical en la Centroamérica del postguerra. *Revista História Actual On line*, 25: 111-23. Publicado em [http://kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/136357/ichaptersection_singledocument/783d0a13-2fe2-4d6b-9c69-aebb9a4b39ae/es/9.pdf.] Disponibilidade 10/07/2014.

ANDRADE-EEKHOFF, Katharine; ÁVALOS, Claudia Maria da Silva (2004). La globalización de la periferia: flujos transnacionales migratorios y el tejido sócioproductivo local en América Latina. **Revista Centroamericana de Ciencias Sociales**, 1 (1): 57-86.

ARANGO, Joaquín (2000). Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, 165: 33-47 Publicado em [http://www.giemic.uclm.es/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=369&Itemid=50.] Disponibilidade: 30/10/2010.

BANGUAT (Banco de Guatemala) (2016) Indicadores económicos. Estadísticas Macroeconómicas. Cidade da Guatemala. Publicado em [<http://www.banguat.gob.gt/inc/main.asp?id=111348&aud=1&lang=1>.] Disponibilidade: 12/07/2016.

BARRE, Camille (2001). El impacto de las remesas en Guatemala: ¿alívio a la pobreza o fator de desarrollo? **Traspasando Fronteras**, 1: 77-88.

BID (2007) **Remesas en Centroamérica**. Informes BID. novembro. Publicado em [www.iadb.org/document.cfm?id=1200049]. Disponibilidade: 30/out/2010.

BRAZIEL, Jana Evans (2008). **Diaspora**: an introduction. Malden: Blackwell Publishing.

BUTLER, Kim D. (2001). Defining diaspora, refining a discourse. **Diaspora**, 10 (2): 189-218.

CALDERÓN, Obryan Poyser (2015). **Informe Estado de la Región**: pobreza en Centroamérica – evolución 2000-2014 y situación actual. San José: Programa Estado de la Nación.

CANCLINI, Nestor Garcia (2008). **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras.

CASANOVA, Pablo González (2006). Colonialismo interno: una redefinición. *In* BORÓN, Atílio. **La teoría marxista hoy**. Buenos Aires: Clacso, 409-434.

CEPAL (2004) **Las remesas de los emigrantes: experiencias de la CEPAL en Centroamérica**. Una nota informativa. Publicado em: [www.crmsv.org/documentos/investigacion/remesasCEPAL.htm.] Disponibilidade:25/09/2015.

CHAVERRI, Carlos Granados (1985). Hacia una definición de Centroamérica: el peso de los factores geopolíticos. **Anuário de Estudos Centroamericanos**. Universidad de Costa Rica, 11 (1): 59-78.

CHENG, Gracye (2011) Ser perseguido por bandas como motivo de asilo em EEUU. **Revista Migraciones Forzadas: 26-37**. Publicado em [http://www.fmreview.org/es/no-estatales/Cheng.htm.] Disponibilidade: 09/04/2014.

CIA (2015) **The world fact book: library**. Publicado em [https://www.cia.gov/library/.../theworld-factbook/.] Disponibilidade:16/10/2015.

CIDEHUM (2012) **Desplazamiento forzado y necesidades de protección generados por nuevas formas de violencia y criminalidad en Centroamérica**. Diagnóstico solicitado poro Acnur. Publicado em [http://www.cidehum.sitew.com/fs/Root/8svj6-Informe_CIDEHUM_Desplazados.pdf.] Disponibilidade: 15/ 08/ 2013.

COHEN, Robin (1997). **Global diasporas: an introduction**. London: UCL Press.

DU BOIS, W. E. B. (2011). **The souls of black folk**. Nova York: EditoraCreateSpace Pub.

FOX, Jonathan;GOIS, William (2010). La sociedad civil migrante: diez tesis para el debate. **Revista Migración y Desarrollo**, 7 (15): 81-128.

GALEANO, Eduardo (2004). **Bocas del tiempo**. Coleção Biblioteca Eduardo Galeano. Madrid: Siglo XXI Editorial.

GAMMAGE, Sarah (2006). Exporting people and recruiting remittances: a development strategy for El Salvador? **Latin American Perspectives**, 33 (6): 75-100.

GAMBOA, Abelardo Morales (2007). **La diáspora de la posguerra: regionalismo de los migrantes y dinámicas territoriales en América Central**. San José: Flacso Costa Rica.

GÓMEZ, José Luis Rocha (2011). Censo estadounidense 2010: cifras e implicaciones de la mayor presencia de Centroamérica en Estados Unidos. **Revista Istmica**, 14.

GROSGOUEL, Ramón (2008). Latin@s and the decolonization of US empire in the 21st century. Special Issue: Migrants and Clandestinity. **Social Science Information**, 47 (4): 605-22.

INSIGHT CRIME (2015). **Balance de InSight Crime sobre los homicídios en Latinoamérica en 2015**. Publicado em [http://es.insightcrime.org/analisis/balance-insight-crimehomicidios-latinoamerica-2015]. Disponibilidade: 13/jul/2016.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORIN CENTRE (2012) **Internal displacement in the Americas**. Publicado em [http://internaldisplacement.org/8025708F004BE3B1/(httpInfoFiles)/7E56E0BD7882D233C1257_9E400368A6E/\$file/global-overview-americas-2011.pdf.] Disponibilidade: 15/08/2013.

- LARRINAGA, Mario Cortés (2003). Política migratória de México e Estados Unidos y algunas de sus consecuencias. **Revista Región y Sociedad**, XV (27).
- MARINI, Rui Mauro (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MBEMBE, Achille (2003). Necropolitics. **Public Culture**, 15 (1): 11-40. Publicado em [https://www.dartmouth.edu/~lhc/docs/achillembembe.pdf]. Disponibilidade: 29/03/2016.
- MIGNOLO, Walter (2005). **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberessubalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MILESI, Rosita (2003). **Refugiados: realidades e perspectivas**. Brasília: Instituto Scalabriniano de Estudos Migratórios/Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Edições Loyola.
- MUSSET, Alain (1997). Las fronteras del istmo centroamericano: una geopolítica de larga duración. **Revista Estudios Transfronterizos**, 40, julho-dezembro: 159-187. Publicado em [https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5196182.pdf]. Disponibilidade: 02/09/2016.
- OIM (2016). **Global migration trends 2015: facts sheet**. Nova Iorque: Global Migration Data Analysis Centre. Publicado em [http://publications.iom.int/es/system/files/pdf/global_migration_trends_2015_factsheet.pdf.] Disponibilidade 16/07/2016
- PALMA, I & DARDÓN, J. (2008) La emigración de guatemaltecos a Estados Unidos: características, comportamientos, impactos e implicaciones políticas. In: SOLÍS, D. & AGUILAR, M. (coord). **Migraciones en el sur de México y Centroamérica**. Editora Universidad de Chiapas. Chiapas.
- PAUL, Alison & GAMMAGE, Sarah (2004). **Hometown associations and development: the case of El Salvador**. Destination D.C. Working Paper, n° 3. Publicado em [https://www.researchgate.net/profile/Sarah_Gammage/publication/228730471_Hometown_Associations_and_Development_The_Case_of_El_Salvador/links/546e1bd0cf2b5fc176040dc.pdf.] Disponibilidade: 16/06/2016.
- PINTO, J. C. (1980). Acerca del surgimiento del Estado en Centroamérica. **Anuário deEstudios Centroamericano**. Universidad de Costa Rica, 78-103.
- PUERTA, Ricardo (2005). **Entendiendo y explicando la migración hondureña a USA**. Seminario Permanente sobre Migración Internacional Colef-Colmex- SOMEDE-Sin Fronteras Tijuana, México. Publicado em [https://www.colef.mx/sep mig/wp-content/uploads/2013/05/4ta-Ricardo-Puerta-Entendiendo-y-explicando-la-migraci%C3%B3n-hondure%C3%B1a-a-EEUU.pdf]. Disponibilidade: 30/09/2017.
- QUIJANO, Aníbal (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO.
- RECINOS, Vladimir (2011) Los escenarios de la migración internacional centroamericana: causas y efectos de la migración hondureña en tránsito por México hacia EUA. Grupo de Trabalho 30: Centroamérica y el Caribe: conflictos, crisis, democratización. **XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia – ALAS**. Santiago do Chile. Publicado em [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT30/GT30_LopezRecinos.pdf.] Disponibilidade:7/03/2016.

ROCHA, José Luis (2015), La fuerza política de organizaciones, movimientos y nomovimientos de migrantes. **Revista Envío**, 404, nov. Publicado em [http://envio.org.ni/articulo/5109]. Disponibilidade: 25/06/2016.

RODRÍGUEZ, Leila (2008) Refugiados guatemaltecos em cuatro destinos: flujos migratorios y contextos de recepción. **Revista Centroamericana de Ciencias Sociales**, V (1).

RODRIGUEZ, Ana Patricia. (2009) **Dividing the isthmus: Central American transnational histories, literatures and culture**. University of Texas Press. Austin.

RUIZ, Laura Carolina (2010). **El Salvador 1989–2009: migraciones y salvadoreños en Estados Unidos desde las categorías de Segundo Montes**. PNUD -UCA, San Salvador.

SADER, Emir; JENKINGS, Ivana (orgs.) (2012). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea**. São Paulo: Boitempo.

SHEFFER, Gabriel (2003). **Diaspora politics: at home abroad**. Cambridge: Cambridge University Press.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010). **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

TOUSSAINT, Mónica (2007). Centroamérica: entre la guerra y la paz, del Pacto de Corinto a los Acuerdos de Esquipulas. **Latinoamérica: Revista de Estudios Latinoamericanos**, 45: 157-192. México.

TSE HONDURAS (2001). Decreto 72/2001: **Ley especial para el ejercicio del sufragio de los hondureños en el exterior**.

UNFPA (2009). **Análisis de situación de la población en Honduras**. Caderno 3: distribución geográfica de la población, Tegucigalpa: United Nations, .

UNODOC (2014). **Estudio mundial sobre el homicidio 2013: tendencias, contextos, datos** . Nova Iorque: Agência das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime. Resumo Ejecutivo.. Publicado em [https://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/GLOBAL_HOMICIDE_Report_ExSum_spanish.pdf] . Disponibilidade: 18/07/2016.

US CENSUS BUREAU (2010). **International migration main: people and households – US Census**, publicado em [http://www.census.gov/population/intmigration/]. Disponibilidade: 07/03/2016.